

Ocupar para des(re)colonizar os territórios íntimos e sociais¹

Monica Dinah Martins ²

Seriam as *big techs* responsáveis por implementar uma expansão territorial tecnológica por meio da (re)colonização de espaços sociais, assim como aquela dos corpos e mentes dos indivíduos? Para responder a esta questão, é preciso antes investigar quem, na sociedade contemporânea, conserva as ruas.

O início dos anos 2000 trouxe consigo a pretensa certeza de que, finalmente, a humanidade havia encontrado um meio para suplantar todos os males que vinha causando a si mesma. A conexão tecnológica e a internet iriam eliminar, através do digital, as fronteiras geopolíticas da realidade física ao proporcionar uma total democratização do acesso à informação e a sublevação das massas proletárias contra a exploração capitalista.

Pouco mais de 20 anos depois, esse pretense território liberto de fronteiras foi sendo conquistado por um pequeno grupo de empresas³ interessadas em lucrar o máximo possível com o tipo de relação desenvolvida pelas massas nesse espaço ideado de liberdade. Essas “comerciantes do ‘mercado do comportamento’”, como Eliser Pariser (2012) chama os conglomerados de tecnologia, ao fomentarem uma sujeição corporal e psíquica no território-indivíduo, íntimo, permitiram ao capitalismo neoliberal se introjetar e se incorporar nos indivíduos, ao empreender um tipo de (re)colonização dos territórios físico e espacial.

¹ Trabalho apresentado no Painel Temático, eixo Cidades e territórios: governança, militarização das tecnologias e resistências, do XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cásper Líbero - FCL, realizado nos dias 11 a 13 de novembro de 2025.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, bolsista CAPES, orientada pela Prof^a. Dr^a Lucrecia D'Alessio Ferrara. E-mail: monicadinah@hotmail.com.

³ Atualmente, o grupo formado pelas *big techs* dos EUA opera na bolsa de valores como as “7 Magníficas” (Apple, Amazon, Alphabet (Google), Meta, Microsoft, Nvidia e Tesla) devido a sua alta capitalização de mercado. Além dessas, TikTok completa o grupo, empresa chinesa e única gigante tecnológica não norte-americana.

Em nome de um pretenso progresso, frente a omissão ou convivência do Estado, com base no discurso capitalista neoliberal, empresas tecnológicas privadas, as chamadas *big techs*, publicizam narrativas sobre prosperidade, meritocracia, merecimento, investimento e lucro. Fenômeno este possibilitado pela presença quase ininterrupta do aparelho celular como extensão do corpo humano. O que fez com que a diferença entre a vida analógica e virtual fosse rapidamente suplantada por uma existência intermediada e determinada por telas.

Nesse contexto, territórios íntimos e coletivos, constantemente monitorados, vigiados e negociados, foram sendo privatizados por conglomerados de tecnologia e empresas multinacionais. Rapidamente, essas corporações transformam ruas e corpos em suportes publicitários para seus produtos e serviços, à disposição de suas narrativas políticas e econômicas.

Ao se alastrar tão velozmente, por meio da “aceleração técnica e tecnológica da vida humana” (Trivinho, 2007), esse estado social e cultural impregnado no corpo de cada indivíduo como uma tatuagem social, pode dar a sensação de que “sempre foi assim”, mesmo que esse “assim” seja uma criação econômica tornada hábito para atender aos interesses do capital corporativo. No entanto, só pode ser entendido como naturalizado porque é sistêmico e representa mais uma etapa da ação do capitalismo, a atuar como vetor imaterial⁴ e articulatório da vida dos indivíduos, em sua fase neoliberal, tecnológica e consumista.

Violência pactuada

Ao pactuar com a invasão das tecnologias nos territórios íntimos e sociais e abandonar as ruas, os indivíduos postulam sua própria destruição em nome do progresso. Mas, qual progresso?

Para Paul Virilio (1996), o potencial revolucionário das massas estaria diretamente ligado à sua dromoaptidão⁵, quando essa deixa de ser o “substituto técnico das máquinas” e se assume “máquina de assalto”, “produtor de velocidade”. No entanto, quando a multidão não consegue “conservar a rua”, sua capacidade não se torna condição para a efetivação do ato revolucionário.

⁴ A partir do conceito de “trabalho imaterial” desenvolvido por Lazzarato e Negri (2001): “Como prescreve o novo *management* (grifo autor) hoje, ‘é a alma do operário que quer descer na oficina’. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade”.

⁵ Neologismo, e suas variantes, empregado por Paul Virilio a partir da palavra “dromos”, que em grego significa “corrida” ou “curso” e que adquire o conceito de velocidade como valor, na teoria do autor.

O “progresso dromológico” das ações, militar do Estado e industrial da burguesia, captura o potencial de velocidade e de movimento das massas em proveito próprio: seus corpos para a guerra, enquanto sua aptidão é substituída pela automatização. Portanto, velocidade e violência caminhariam *pari passu*.

Na atualidade, a definição entre o poder do Estado e da burguesia industrial fragmenta-se e deixa mais difícil identificar quem controla o “progresso dromológico”, o que pode dar às massas a ilusão de um pretenso poder a partir da rapidez com a qual o advento tecnológico tornou-se hábito. Visibilizadas e falantes por intermédio das mídias digitais, mas sobretudo pelas redes sociais, na guerra diária pela vida, parece estar em curso uma revolução, uma vez que qualquer pessoa pode, supostamente, fazer da plataforma virtual seu palanque individual.

No entanto, por mais que as redes sociais, para muitos que delas usufruam, sejam como seu campo de batalha e o smartphone, sua arma, essa militarização não favorece os usuários. Atados a seus dispositivos tecnológicos, ao invés de ser um espaço de liberdade, por meio do qual seus usuários poderiam subjugar as elites de poder, o virtual assume características de um território em disputa e de constante conflito.

Por trás de cada facilidade *hi-tech* lançada por empresas de tecnologia e publicizada por meios comunicacionais, instaura-se um rastro de destruição: precarização do trabalho, exploração desenfreada de recursos naturais, especulação imobiliária, genocídios, deslocamentos forçados, crise climática, golpes de estado, guerras, disputas territoriais, em suma, um esgotamento territorial, ambiental, social, corporal e cognitivo.

Consequências estas muitas vezes dissociadas de suas causas capitalistas neoliberais. Tanto os territórios sociais quanto os indivíduos passam a ser mercado e mercadoria, explorados como meio para rendimentos, acumulações e lucro na atual “dromocracia cibercultural”.

Nesse contexto, a era digital consolida-se no esfacelamento das massas, desterritorialização dos corpos e dos espaços, e sua subsequente (re)colonização tecnológica. Consequentemente, as mídias e tecnologias tornam-se suporte publicitário e dispositivo para construção de subjetividades mediadas por um discurso extremamente simbólico, em uma sociedade fragmentada.

Embora essa estratégia ganhe ares de novidade na atualidade, as mídias digitais e seus produtos, assim como seus respectivos desenvolvedores, não fragmentaram a sociedade, mesmo

que se beneficiem comercial e hegemonicamente dessa fragmentação. Essa característica é antes constitutiva da própria cultura capitalista neoliberal e tem seu desenvolvimento e utilização estabelecidos devido ao contexto social e cultural em vigência, e operam um total agenciamento social, econômico, político e cultural a partir disso.

Considerações finais

Mesmo que a narrativa publicizada por *big techs* e empresas de comunicação continue a disseminar o discurso sobre o quanto a utilização individual e irrestrita de tecnologias tem o único propósito de facilitar a vida das pessoas, omitem a parte em que esses pretensos facilitadores parasitam dos humanos seu sistema cognitivo, sua intimidade, linguagem, cultura e subjetividade, (re)colonizando seus corpos, mentes, seus espaços urbanos e rurais como territórios de consumo.

Como esse indivíduo, incentivado a deixar às ruas em troca de um pretenso palanque digital libertário, pode voltar a ocupar seu território íntimo e comunitário para existir sem que seja domesticado pelo tecnocapitalismo?

Libertar-se desse modelo de produção tornado cultura implicaria reverter todo um sistema social, econômico e político forjado na cultura capitalista neoliberal. Nesse contexto, é essencial, como enfatiza Nancy Fraser (2024), incluir as lutas sociais na discussão sobre o capitalismo, para além da análise econômica sobre esse sistema tornado cultura.

A realização dessa tarefa implica mais do que uma ação individual, do sujeito empreendedor de si neoliberal, antes, precisa ser um compromisso social firmado pelo e em coletivo. A exploração e o sofrimento causados pelo capitalismo não podem ser naturalizados e invisibilizados.

É preciso, constantemente, nos espaços íntimos e públicos, fomentar a reflexão crítica sobre esse sistema explorativo tornado cultura, a fim de gerar mais do que uma mudança no padrão social, antes, um acontecimento de des(re)colonização, capaz de incitar as pessoas a ocuparem as ruas para uma total reintegração de posse de seus territórios sociais.

Palavras-chave

(Re)colonização; Big Techs; Território; Mídias Digitais; Capitalismo.

Referências

ANTUNES, R. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

DARDOT, P. y LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, N. **Capitalismo Canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literário, 2024.

LAZZARATO, M. y NEGRI, A. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

PARISER, E. **O Filtro Invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SANCHES, G. O debate sobre responsabilidade e liberdade de expressão na internet. **Blog do Google Brasil**. 28 março 23. Iniciativas. Disponível em: <https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/o-debate-sobre-responsabilidade-e-liberdade-de-expressao-na-internet/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

TRIVINHO, E. **A Dromocracia Ciber cultural**: lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

VIRILIO, P. **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.